

Uberização da profissão docente na educação à distância: desafios e precarização do trabalho dos tutores atuantes na universidade aberta do Brasil

Uberization of the teaching profession in distance education: challenges and precarious work of tutors working at the open university of Brazil

Uberización de la profesión docente en educación a distancia: desafíos y precarización del trabajo de los tutores que trabajan en la universidad abierta de Brasil

Flávia Junia Justino Pacheco

Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM, Minas Gerais, Brasil

Welisson Marques

Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM, Minas Gerais, Brasil

Vicente Batista dos Santos Neto

Instituto Federal do Triângulo Mineiro – IFTM, Minas Gerais, Brasil

Resumo

Este estudo pretende analisar os desafios do exercício da profissão docente na Educação a Distância (EaD) dos tutores da Universidade Aberta do Brasil nas Instituições de Ensino Superior públicas. Desse modo, tem como objetivo geral evidenciar se houve precarização e uberização do trabalho dos tutores na EaD, particularmente em relação ao pagamento de bolsas. Assim, elencamos a seguinte pergunta de pesquisa: houve precarização e uberização do trabalho dos professores/tutores a partir do pagamento de bolsas ao invés de salários? Para a consecução do objetivo e resposta a esse questionamento, se faz mister detalhar que a metodologia utilizada na pesquisa é qualitativa e, quanto à natureza das fontes, é bibliográfica. A pesquisa evidenciou a falta de prioridade dada à educação a distância nas políticas públicas, além de orçamento limitado destinado a CAPES e a falta de valorização salarial do tutor. Esses fatores evidenciam a falta de uma estratégia clara para a EaD. A pesquisa concluiu que a uberização da profissão dos tutores na EaD, nas IES públicas, resultou em significativa precarização do trabalho, especificando por baixas remunerações, falta de vínculo empregatício e benefícios, sobrecarga de trabalho e falta de reconhecimento, comprometendo a qualidade do trabalho dos tutores.

Palavras-chave: trabalho docente; tutor; educação à distância; uberização.

Abstract

This study aims to examine the challenges associated with the teaching profession in Distance Education (EaD), specifically focusing on the role of tutors within the Open University of Brazil at public Higher Education Institutions. The primary objective is to assess whether the tutors' work has undergone processes of precarization and "uberization," particularly in relation to the practice of offering scholarships rather than formal salaries. Accordingly, the central research question guiding this study is: Has the payment of scholarships instead of salaries led to the precarization and uberization of tutors' work? To address this objective and research question, a qualitative methodology was employed, based on bibliographic sources. The findings indicate a lack of prioritization of distance education within public policy frameworks, limited budget allocations to CAPES, and insufficient recognition and remuneration for tutors. These factors reflect the absence of a coherent and strategic approach to Distance Education in Brazil. The study concludes that the uberization of the tutoring profession in public Higher Education Institutions has resulted in significant precarization of working conditions. This is evidenced by low remuneration, absence of formal employment contracts and associated benefits, excessive workloads, and a lack of professional recognition—all of which compromise the quality of educational delivery in the EaD system.

Keywords: teaching work; tutor; distance education; uberization.

Informações do artigo

Submetido em 17/03/2025

Aprovado em 28/04/2025

Publicado em 28/05/2025.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2025.v25n2.p71-97>

Copyright (c) 2025 Flávia Junia Justino Pacheco,
Welisson Marques, Vicente Batista dos
Santos Neto.



Esta obra está licenciada sob uma licença
Creative Commons CC BY 4.0

Como ser citado (modelo ABNT)

PACHECO, Flávia Junia Justino; MARQUES, Welisson; NETO, Vicente Batista dos Santos. Uberização da profissão docente na educação à distância: desafios e precarização do trabalho dos tutores atuantes na universidade aberta do Brasil. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 25, n. 2, p. 71-97, maio/ago, 2025.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho faz parte da vida do homem desde a pré-história, pois para sobreviver o homem precisou agir sobre a natureza, modificando-a e adequando-a às suas necessidades, convertendo matéria-prima em utensílios e objetos de trabalho. Neste sentido, Lukács (2012, p. 286) argumenta que “o homem que trabalha usa as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para submeter outras coisas a seu poder, atuando sobre elas de acordo com seu propósito”. Por meio do trabalho, o homem coloca sua inteligência em ação, transformando a natureza, ao mesmo tempo, em que é transformado neste processo, movimento dialético em que se concebe o ser social. Esta ação sobre a natureza, na qual o homem cria objetos, gera valor e modifica o meio ambiente, tem caráter teleológico, pois demonstra a capacidade do homem de imprimir finalidade às suas ações e, com isso, conseguir antever o resultado do seu trabalho.

Antunes (2009, p. 231) assevera que o homem “em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital. Sendo uma realização essencialmente humana, foi no trabalho que os indivíduos, homens e mulheres, distinguiram-se das formas de vida dos animais”. Portanto, o trabalho é processo fundante da humanização do homem enquanto ser social, é o meio pelo qual ele faz a travessia do ser animal para o social, convertendo a matéria-prima em seus meios de subsistência (Marx; Engels, 1998).

Na perspectiva Marxista, o trabalho constitui o ser do homem, humaniza-o e o caracteriza como ser social, mas na sociedade capitalista ele toma outro sentido, adquire caráter alienador. Uma vez que, o homem despossuído dos bens de produção e da terra, precisa vender sua força de trabalho para sobreviver, temos a alienação do homem pelo trabalho. Por essa razão, Marx (1996, p. 231-232) argumenta que “até o momento, não conhecemos nenhuma relação econômica dos homens, senão aquela entre possuidores de mercadorias, uma relação em que cada um só apropria o produto do trabalho alheio na medida em que aliena seu próprio produto”.

Nesta perspectiva, na era do mundo globalizado¹ em que estamos vivendo, novas formas de trabalho surgiram, utilizando as tecnologias, a internet e vários

¹A globalização neoliberal e a internacionalização dos processos produtivos estão acompanhadas da realidade de centenas e centenas de milhões de trabalhadores desempregados e precarizados no mundo inteiro. O sistema fordista nos havia acostumado ao trabalho pleno e de duração indeterminada. Agora, ao contrário, muitos trabalhadores têm um contrato de curta duração ou de meio expediente; os

aplicativos. O mundo virtual vai possibilitar diversas novas formas de trabalho e, conseqüentemente, o capital se reinventou e acompanhou a modernização das formas de trabalho, explorando a mão de obra disponível neste nicho de mercado. Dentro deste contexto acima explicitado, na era da informação e da comunicação, do surgimento de computadores e máquinas cada vez mais velozes, dotadas de diversas possibilidades, na era do trabalho compartilhado em rede, com a crescente desvalorização da força de trabalho humano é que surge uma nova forma de trabalho. Antunes reitera que

a enorme expansão do trabalho em *call centers* e telemarketing, das empresas de TIC², cada vez mais inseridas no processo de valorização do capital, gerou o nascimento de um novo proletariado de serviços, o infoproletariado ou o cibertariado. Assim, em plena era da informatização do trabalho no mundo maquinal digital, vem ocorrendo também um processo contraditório, marcado pela informalização do trabalho (trabalhadores sem direitos), presente na ampliação dos terceirizados/subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, teletrabalhadores, potencializando exponencialmente o universo do trabalho precarizado (Antunes, 2018, p. 136).

É notório que a globalização, bem como a revolução tecnológica no mercado de trabalho, levou ao surgimento de novas formas de exploração e precarização do trabalho. Esses trabalhadores, que operam em ambientes digitais, muitas vezes não têm direitos trabalhistas básicos. A informalização do trabalho é crescente, caracterizada pela ausência de garantias como férias, 13º salário, licença saúde, fundo de garantia de amparo ao trabalho etc. Esses trabalhadores enfrentam condições de trabalho flexíveis, mas, paradoxalmente, essa flexibilidade não traz benefícios, mas sim maior precarização, uberização³, instabilidade e vulnerabilidade no emprego. De acordo com Antunes (2018), essa classe engloba os terceirizados, subcontratados, trabalhadores em tempo parcial e teletrabalhadores. Na categoria de teletrabalhadores é que se enquadra o professor-tutor, selecionado por meio de processo seletivo para exercer a docência nos cursos de educação a distância (EaD), em parceria com o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), nas Instituições de

novos trabalhadores podem ser alugados por algumas poucas horas ao dia, por cinco dias da semana ou por poucas horas em dois ou três dias da semana (Vasapollo, 2005, p. 10).

² Empresas do ramo da Tecnologia da Informação e Comunicação.

³ Nesta pesquisa o termo “uberização”, palavra derivada da plataforma de transportes Uber, é tomado como uma relação de trabalho individualizada, informal e por demanda, sendo o assalariamento e a exploração uma tendência mundial (Antunes, 2018).

Ensino Público Federal. Este profissional, cuja definição será debatida neste artigo, é o sujeito dessa pesquisa.

Partindo desse contexto, o presente artigo pretende analisar se houve precarização e uberização do trabalho dos professores/tutores no âmbito da Universidade Aberta do Brasil. Para tal, elencamos a seguinte pergunta de pesquisa: houve desvalorização, precarização e uberização do trabalho dos professores/tutores a partir do pagamento de bolsas ao invés de remuneração salarial? Para consecução do objetivo e resposta a esse questionamento, se faz mister detalharmos que a metodologia da pesquisa é qualitativa, quanto à natureza das fontes ela é bibliográfica e quanto aos objetivos ela é exploratória. O quadro teórico básico é composto dos seguintes autores: Antunes (2009, 2013, 2018), Marx (1996), Ferreira, Pereira, Costa (2021), Lukács (2012), Veloso, Mill (2018), Santos Neto (2019), Minayo (2014) e Severino (2013). Partindo dessa metodologia, à luz do referencial teórico, o presente artigo verificará como essa modalidade de trabalho tem afetado ou colaborado para melhoria das condições de trabalho do professor/tutor.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conceito de trabalhador/tutor

Antes de conceituarmos o trabalhador, professor/tutor dos cursos a distância, sujeito desta pesquisa, é importante salientar que tomaremos como base a definição de trabalhador na visão da teoria Marxista. Em Karl Marx e Engels (1996) a classe trabalhadora tinha como sinônimo a expressão “proletariado”. Essa classe social abarca todos os trabalhadores que não detém capital e nem os meios de prover sua subsistência, portanto são obrigados a venderem sua força de trabalho em troca de salário. Antunes (2018) salienta que na atualidade o desafio teórico que se nos apresenta é delinear quem pertence a essa classe que sobrevive do trabalho.

Partindo dessa definição, temos um norte para compreender o que Marx chama de trabalhadores produtivos. Balizados nos escritos de Antunes (2018, p. 101), que afirma que os trabalhadores produtivos “são produtores de mais-valor; que são pagos por capital-dinheiro; expressam uma forma de trabalho coletivo e social e realizam tanto trabalho material quanto imaterial”, é possível compreender que os trabalhadores produtivos são aqueles que colaboram para a produção da mais-valia,

ou seja, o excedente da produção, que gera o lucro para o dono do capital e, portanto, colaboram com o processo de valorização do capital.

Compreendendo a definição de trabalhador produtivo, um questionamento emerge: para Marx, há uma definição de trabalhador improdutivo? O que faz ele e como se insere na cadeia produtiva do capital? Sim, Marx define o trabalhador improdutivo, que na concepção do senso comum poderia ser tomada como o trabalhador que nada produz, ou que não trabalha em conformidade com a lógica do capitalismo. Mas em Marx, os trabalhadores improdutivos são aqueles cujo trabalho não colabora diretamente na produção de mais valor, entretanto, seu papel é importante para a lógica do capital e pode ser definido como

aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para uso público, como os serviços públicos tradicionais, seja para uso capitalista. O trabalho improdutivo é aquele que não se constitui enquanto um elemento vivo no processo direto de valorização do capital e de criação de mais-valor. Ele pertence ao que Marx chamou de falsos custos, os quais, entretanto, são imprescindíveis para a sobrevivência do capital e de seu metabolismo social (Antunes, 2018, p. 102).

Portanto, em Karl Marx, o agrupamento de trabalhadores, de proletários, englobam também os trabalhadores improdutivos, que são aqueles cujas formas de ofício são empregadas como serviços, sejam públicos, tradicionais, privados ou para uso do capital. Antunes (2018) assevera que essa classe de trabalhadores, embora sejam essenciais para a sobrevivência do capital, eles são explorados de diversas formas, sofrendo processos de terceirização, subcontratação, realizando trabalhos em tempo integral, sem horas de descanso e lazer, vivem na informalidade, sem garantias legais mínimas de trabalho e, com o advento da revolução das telecomunicações e da internet, muitos são chamados de teletrabalhadores. Nesta categoria, é que se enquadra os professores-tutores dos cursos à distância, entre outros profissionais da área educacional.

Neste sentido, compreende-se que a classe trabalhadora na atualidade é mais diversificada, intrincada e heterogênea (Antunes, 2018). Embasados nesta concepção de trabalhador, surge um questionamento: quem são os professores que precisam vender sua força de trabalho e aceitar uma remuneração inferior à dos professores de Educação Básica? Essa classe de profissionais é composta, principalmente, por docentes que atuam na educação a distância (EaD), como os tutores. O Professor tutor é o profissional responsável por mediar o processo de ensino aprendizagem na

educação a distância, acompanhando os alunos na resolução das atividades, auxiliando e orientando-os em suas dificuldades. Na maioria das IES, os tutores atuam como facilitadores da comunicação entre alunos e docentes-formadores⁴, além de serem responsáveis por esclarecer dúvidas, acompanhar a realização das atividades na plataforma de ensino, corrigir as atividades realizadas pelos alunos, interagir com os alunos fomentando o debate nos fóruns de discussão, proporcionar um ambiente de aprendizado eficaz na plataforma *online*, oferecer apoio técnico e motivacional, contribuindo para a continuidade e sucesso dos alunos nos cursos à distância (Veloso, Mill, 2018).

Como é notório, esses profissionais têm papel fundamental na execução do curso, acompanhamento dos estudantes, correção das atividades, fomento dos fóruns e lembrar e cobrar os estudantes quanto aos prazos de execução das atividades. Mill (2010), ao definir o papel de um tutor, elenca diversas atividades realizadas por este profissional, importantes para a permanência e êxito dos estudantes dos cursos EaD. São elas:

estudar os materiais do curso e estimular os estudantes em seus estudos, orientar na realização das atividades da disciplina, auxiliar os estudantes em suas dúvidas e dificuldades com o conteúdo ou com questões técnicas, desenvolver e empregar estratégias de estímulo à reflexão sobre os temas discutidos na disciplina, gerenciar o Ambiente Virtual de Aprendizagem da disciplina e dar feedback sobre as atividades dos alunos, promover interações entre formando-formador, que ocorrem no processo de formação (Mill, 2010, p. 1-2).

Esses tutores geralmente são profissionais qualificados, com formação superior e, muitas vezes, pós-graduação, mas, como estão no início da carreira, muitos encontram poucas oportunidades no mercado de trabalho tradicional. Por isso, acabam aceitando as condições impostas pela EaD, onde são obrigados a desempenhar múltiplas funções, com uma remuneração limitada. Mill (2006), em sua pesquisa sobre os aspectos trabalhistas na educação a distância, enfatiza que

os contratos de trabalho na educação a distância, quando existem, são vagos, temporários, de tempo parcial e, às vezes, pagos na forma de bolsas de trabalho (o que evita a criação de vínculo empregatício e dispensa a obrigatoriedade de benefícios como 13º salário). Ainda, os ganhos salariais são, em média, baixos para configurar a principal fonte de renda do grupo familiar, além dos problemas inerentes ao

4 Os docentes-formadores são responsáveis por criar e organizar o material didático do curso, capacitar os tutores, participar no desenvolvimento de metodologia de ensino adequado ao curso EaD, supervisionar as atividades realizadas pelos tutores, desenvolver a avaliação para ser aplicada aos estudantes, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso.

recebimento do salário em forma de bolsas de estudos ou bolsas de trabalho (Mill, 2006, p. 214-2015).

Nesta direção, é notório que pode haver uma precarização do trabalho, ou mesmo a falta de valorização desses profissionais, devido à falta de garantias trabalhistas mínimas, com sobrecarga de trabalho extra, que vai impactar diretamente na qualidade do trabalho realizado por estes profissionais, bem como em sua saúde mental e física. Neste sentido, estes apontamentos refletem um problema estrutural na educação, onde a importância dos professores/tutores é reconhecida, mas não devidamente recompensada, resultando em um processo que pode gerar desvalorização e precarização. No próximo tópico será definido o termo uberização e suas conjunturas sociais.

2.2 Uberização: definição e conjunturas

Ontologicamente, o trabalho é parte constituinte da vida humana, pois contribui para seu desenvolvimento, agrega valor e conforto à sua vida material, facilita seu dia a dia e beneficia o grupo social no qual o indivíduo está inserido. No entanto, infelizmente o trabalho não trouxe apenas aspectos positivos para a vida do homem. Desde a antiguidade, homens que detinham propriedade ou capital exploram aqueles que nada possuíam. Consequentemente, estes homens desprovidos de capital ou propriedade eram obrigados a vender a sua mão de obra para garantir sua sobrevivência, ocasionando exploração, sobrecarga de trabalho, adoecimento e lucro para os proprietários de terras e capital (Marx, 2013).

É vital para a manutenção do capital a criação de trabalho, tanto quanto explorar desmedidamente a força de trabalho humano. Aqui podemos dizer que há uma dicotomia, pois, ao mesmo tempo que é necessário criar formas de trabalho, é uma tendência tornar supérfluo a força de trabalho humano. No entanto, Marx (2013, p. 574) explicita que “o lucro provém da diminuição não do trabalho aplicado, mas do trabalho pago”. Dessa perspectiva, podemos falar em uma exploração máxima do trabalhador, visto que ele é condicionado e cobrado para trabalhar mais e recebe cada vez menos por sua atividade.

A partir da década de 1970, aconteceu uma reorganização global do modo de produção capitalista, que trouxe muitas mudanças e impactos em diversas áreas e

dimensões da vida humana, como na economia, na sociedade, na política e na cultura, afetando o modo de vida e de trabalho em âmbito global. Antunes elucida que esse movimento do capital tinha como objetivos

tanto à recuperação do seu padrão de acumulação, quanto procurando repor a hegemonia que vinha perdendo, no interior do espaço produtivo, desde as explosões do final da década de 1960 onde, particularmente na Europa ocidental, se desencadeou um monumental ciclo de greves e lutas sociais (Antunes, 2009, p. 233).

No que concerne à economia, aconteceram mudanças na base técnica, na organização da produção, na divisão social do trabalho, na admissão dos trabalhadores, na comercialização das mercadorias, bens e serviços. Essas mudanças foram aceleradas pela introdução da informática e da internet (Antunes, 2018). Essa nova era, caracterizada por um mundo globalizado, conectada em rede e pela sociedade da informação e comunicação, possibilitou uma reestruturação do capital e introduziu novas formas de exploração e deterioração do trabalho humano. Antunes (2018, p. 76) afirma que essas transformações geraram “novas formas vigentes de valorização do valor, ao mesmo tempo que trazem embutidos novos mecanismos geradores de trabalho excedente, precarizam, informalizam e expulsam da produção uma infinidade de trabalhadores que se tornam sobrantes, descartáveis e desempregados”. Embora haja crescente intelectualização do trabalho, muitos trabalhadores são deixados à margem pela ausência de formação adequada para as vagas de trabalho.

Outro fator degradante é o discurso de “trabalhador ideal”, como aquele indivíduo com formação adequada, disponibilidade de horário, com experiência mínima, domínio de alguma língua estrangeira, conhecimento de softwares e sistemas, além de inteligência emocional para trabalhar em equipe. Essas qualidades exigidas deixam de fora do mercado muitos trabalhadores que migram para os subempregos, para informalidade, para pejotização⁵, uberização e para os trabalhos temporários. Antunes (2013, p. 80) enfatiza que a uberização e pejotização são formas de deterioração do trabalho além de ser “[...] extremamente precária e se caracterizar

⁵Segundo Antunes (2018), a pejotização é um fenômeno que se refere à transformação de trabalhadores formais em pessoas jurídicas (PJ), ou seja, trabalhadores que, em vez de serem contratados diretamente como empregados, com todos os direitos garantidos pela legislação trabalhista, são obrigados a constituir uma empresa e prestar serviços como se fossem autônomos. Essa prática permite às empresas reduzirem custos com encargos sociais e trabalhistas, como férias, 13º salário, FGTS, entre outros, ao mesmo tempo, em que transfere para o trabalhador a responsabilidade de gerir seu próprio negócio.

por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), auxílio-doença, licença-maternidade”, nem tampouco férias remuneradas, décimo terceiro salário, seguro-desemprego, além de levarem os trabalhadores a excederem a carga horária máxima de trabalho, a fim de complementarem suas rendas e garantirem sua sobrevivência.

Dentro deste contexto acima explicitado, na era da informação e da comunicação, do surgimento de computadores e máquinas cada vez mais velozes, dotadas de diversas possibilidades, na era do trabalho compartilhado em rede, com a crescente desvalorização da força de trabalho humano é que surge uma nova modalidade de trabalho. Segundo Antunes (2018, p. 42) essa modalidade pode ser chamada de “teletrabalho e/ou *home office*, que se utiliza de outros espaços fora da empresa, ou da escola [grifo nosso], como o ambiente doméstico, para realizar suas atividades laborativas”. Nesta modalidade é que se enquadra o trabalho dos professores/tutores. Essa modalidade foi bastante útil durante a Pandemia da Covid 19 e resultou em algumas vantagens, tais como economia de energia, água, combustível utilizado nos deslocamentos, economia de tempo, além de diminuir a contaminação pelo vírus.

Mas também trouxe seus desafios e problemas. Entre eles podemos citar isolamento social excessivo, individualização exacerbada, sobrecarga de trabalho, cobranças desmedidas, perda da noção de separação da casa e trabalho. Aumento do assédio moral por meio de e-mails e chats institucionais, por parte da chefia, aumento da carga horária de trabalho e problemas de saúde mental. Além das questões técnicas ligadas à qualidade da internet, problemas com softwares e equipamentos, dificuldades de comunicação entre os trabalhadores e suas chefias, falta de manutenção e suporte técnico por parte das empresas e instituições públicas, que em muitos casos é insuficiente (Antunes, 2018). Por essas razões acima explicitadas é que essa pesquisa se justifica, pois tem como objetivo geral verificar se houve ganhos ou precarização/uberização da força de trabalho destes profissionais, sobretudo com relação ao salário.

2.3 Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (2014, p. 57) a pesquisa qualitativa “caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo em estudo”. A escolha por essa abordagem de pesquisa se justifica pela necessidade de análise dos contextos sociais, econômicos e culturais em que ocorre a uberização da profissão docente dos tutores. Quanto aos objetivos, se caracteriza como pesquisa exploratória. Severino (2007, p. 123) afirma que a pesquisa exploratória “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

Quanto às fontes de pesquisa, ela é de cunho bibliográfico. Segundo Severino (2013, p 106) a pesquisa bibliográfica “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados”. Desta forma, a pesquisa incluirá a análise de documentos institucionais da EaD, dados do sistema SisUAB – Sistema de Gestão dos dados da Universidade Aberta do Brasil e dados dispostos no site do Ministério da Educação e legislações pertinentes, como portarias do Ministério da Educação (MEC) e diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A partir desta abordagem, essa pesquisa pretende analisar os desafios enfrentados pelos professores-tutores, especialmente no contexto da Universidade Aberta do Brasil, nas IES públicas. A hipótese desta pesquisa é de que houve precarização e uberização do trabalho dos professores/tutores. Dessa forma, elencamos as seguintes perguntas de pesquisa: quais os desafios enfrentados pelos professores/tutores no exercício da profissão docente nos cursos EaD ofertados pelo sistema UAB? Houve desvalorização, precarização e uberização do trabalho dos professores/tutores a partir do pagamento de bolsas ao invés de remuneração salarial?

Para responder a estes questionamentos, faremos um levantamento da concessão de bolsas no período de 2009 a 2024, comparando com o piso nacional do magistério da Educação Básica, para verificar o quanto o valor da bolsa paga aos

tutores está distante da remuneração paga a estes profissionais, confirmando ou não, a hipótese desta pesquisa, de que houve precarização e uberização da profissão do tutor. É importante salientar que os professores da EaD formam, capacitam e preparam novos profissionais para atuarem no magistério, portanto, sua função tem grande importância para a educação em âmbito nacional.

2.4 Valor da Bolsa X valorização do professor/tutor da EaD

Com intuito de colaborar com a expansão da EaD, com a formação de professores e cumprir metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a partir de 2006, com a publicação do Decreto n.º 5.800, de 08 de junho de 2006, fica instituída a Universidade Aberta do Brasil (UAB). Um sistema formado por universidades públicas, que oferecem os cursos de formação inicial e continuada, ao nível superior, para toda a sociedade. Os cursos são ofertados a todos que têm interesse, mas a prioridade é dos profissionais que trabalham na educação básica. Em 6 de fevereiro de 2006, foi publicada a Lei 11.273, que previa bolsas de estudos para participantes dos programas de formação inicial e continuada de professores da educação básica. Mas somente em 2009, com a publicação da Portaria MEC n.º 318, de 2 de abril de 2009, que a CAPES assumiu a operacionalização do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Neste mesmo ano, foi publicada a Portaria MEC n.º 1.243, que reajustou os valores das bolsas previstas na lei 11.273/2006.

Com esse avanço na legislação, em 2006 a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) assumiu o programa de formação de professores e o pagamento das bolsas tanto para professor formador (responsável técnico pelo conteúdo), quanto para o tutor (responsável por acompanhar os alunos na plataforma a distância, corrigir as atividades, cuidar dos prazos e cumprimentos de entrega das atividades). Mas para haver pagamento das bolsas, alguns critérios foram estabelecidos na Instrução Normativa n.º 2, de 19 de abril de 2017. Como exemplo, citamos os cursos de graduação, para os quais são necessários no mínimo 18 alunos com matrículas ativas para haver pagamento de uma bolsa mensal para 1 (um) tutor.

Outra questão importante diz respeito às funções e diferenças de valores pagos ao quadro de profissionais que compõem uma Equipe de EaD. Vejamos tabela elaborada por Santos Neto (2019), em sua tese de Doutorado, com base na Resolução FNDE/CD n.º 26 de 05 de junho de 2009:

Quadro 01 – Funções, requisitos e remuneração UAB – 2009

Função	Classificação	Requisitos	Bolsa
Coordenador UAB	Coordenador UAB	Professor ou pesquisador indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, com 3 anos de experiência no magistério superior	R\$ 1.200,00
Coordenador Adjunto	Coordenador Adjunto I	Idem Coordenador UAB.	R\$ 1.200,00
	Coordenador Adjunto II	Professor ou pesquisador indicado pelas IPES vinculadas que tenha formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior ou a vinculação a programa de pós-graduação de mestrado ou doutorado.	R\$ 900,00
Coordenador de curso	Coordenador de curso I	Professor ou pesquisador indicado pelas IPES com experiência de, no mínimo, três anos de magistério superior.	R\$ 1.200,00
	Coordenador de curso II	Formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior, ou a vinculação a programa de pós-graduação de mestrado, ou doutorado.	R\$ 900,00
Coordenador de tutoria	Coordenador de tutoria I	Professor ou pesquisador designado/indicado pelas IPES vinculadas com experiência de, no mínimo, três anos de magistério superior.	R\$ 1.200,00
	Coordenador de tutoria II	Formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior, ou a vinculação a programa de pós-graduação de mestrado, ou doutorado.	R\$ 900,00

Professor– pesquisador	Professor– pesquisador I	Professor ou pesquisador designado, ou indicado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB, que atuará nas atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB, sendo exigida experiência de 03 (três) anos no magistério superior.	R\$ 1.200,00
	Professor– pesquisador II	Formação mínima em nível superior e experiência de 1 (um) ano no magistério superior, ou a vinculação a programa de pós-graduação de mestrado, ou doutorado.	R\$ 900,00
Tutor	Tutor	Profissional selecionado pelas IPES vinculadas com formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação.	R\$ 600,00
Coordenador de polo	Coordenador de polo	Professor da rede pública, graduado e com, no mínimo, 3 (três) anos em magistério na educação básica ou superior.	R\$ 900,00
	Coordenador de polo	Professor da rede pública, graduado e com, no mínimo, 3 (três) anos em magistério na educação básica ou superior.	R\$ 900,00

Fonte: Resolução FNDE/CD n.º 26 de 05 de junho de 2009
(Elaborado por Santos Neto, 2019).

É possível notar que o valor pago ao professor/tutor a distância e presencial, são os menores valores, constringendo estes profissionais a buscarem outras fontes de renda. Segundo Santos Neto (2019, p. 169), o tutor passou a “tratar o programa como um segundo trabalho (bico)”. O que poderia levá-los a não realização das suas incumbências nas plataformas de ensino a distância a contento. Dessa forma, Santos Neto (2019, p. 169) afirma que “assim, nesses moldes, a valorização e a projeção de

carreira no programa UAB não ocorreriam”. Para confirmar a hipótese dessa pesquisa, de que houve desvalorização, precarização e uberização do trabalho dos professores/tutores da UAB, nas IES públicas, tomamos como base os dados obtidos por Santos Neto (2019), por meio de pesquisa no Sistema SisUAB. Vejamos a seguir:

Quadro 02 - Relação do valor de bolsas de tutores e piso nacional do magistério da educação básica – valores em reais.

Ano	Piso Nacional			Bolsa Tutor UAB	
	40 horas	20 horas	20 horas + de obrigações sociais básicas*	Bolsa Tutor	Valor percentual
2009	950,00	475,00	619,61	600,00	96,83
2010	1.024,67	512,34	668,31	765,00	114,47
2011	1.187,00	593,50	774,19	765,00	98,81
2012	1.451,00	725,50	946,37	765,00	80,83
2013	1.567,00	783,50	1.022,03	765,00	74,85
2014	1.697,00	848,50	1.106,82	765,00	69,12
2015	1.917,78	958,89	1.250,82	765,00	61,16
2016	2.135,64	1.067,82	1.392,91	765,00	54,92
2017	2.298,80	1.149,40	1.499,33	765,00	51,02
2018	2.455,35	1.227,68	1.601,43	765,00	47,77
2019	2.557,74	1.278,87	1.668,21	765,00	45,86

Fonte: www.mec.gov.br; FNDE (2010); FNDE (2006) Brasil (2017).

Elaborado por Santos Neto (2019)

*Como obrigações sociais básicas adicionamos 30,44% ao piso nacional de 20 horas (11% de previdência social patronal + 1/12 de décimo terceiro + 1/12 de férias + 1/3 de férias proporcionais). Não adicionamos Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS de 8%, pois boa parte dos docentes são estatutários e os entes federativos não recolhem essa obrigação, contudo há a estabilidade (Santos Neto, 2019).

Comparando os valores das bolsas recebidas pelos professores/tutores entre os anos de 2009 a 2019, podemos observar uma crescente disparidade entre os

valores recebidos pelos tutores da Universidade Aberta do Brasil (UAB), nas IES públicas e o piso nacional do magistério da educação básica, especialmente o de 20 horas com as obrigações sociais básicas. Realizamos uma análise comparativa, ano a ano, para confirmar a hipótese desta pesquisa. Verificamos que, em 2011, o piso aumentou para R\$ 774,19, e a bolsa do tutor manteve-se em R\$ 765,00, representando 98,81% do piso. Já em 2012, o piso subiu para R\$ 946,37, enquanto a bolsa do tutor permaneceu em R\$ 765,00, caindo para 80,83% em relação ao piso (Santos Neto, 2019).

No ano de 2013, o piso do magistério foi reajustado para R\$ 1.022,03 e a bolsa do tutor permaneceu em R\$ 765,00, o que correspondia a 74,85% do piso. Neste sentido, é possível verificar que, em 2011, iniciou-se um processo de precarização do trabalho dos tutores na Educação a Distância (EaD). Essa disparidade salarial demonstra como o trabalho dos tutores foi sendo desvalorizado ano a ano, pois a partir de 2011 até ano de 2019, o fosso entre os valores das bolsas com o piso nacional só aumentou, demonstrando que a precarização ocorreu em vários aspectos, mas principalmente, em relação ao valor do salário, pois houve uma grande defasagem salarial. Embora o piso nacional do magistério tenha aumentado para acompanhar a inflação e as exigências do trabalho no setor educacional, a bolsa dos tutores ficou estagnada. Essa estagnação salarial significa que, em termos reais, o poder de compra dos tutores diminuiu significativamente. Em 2013, a bolsa do tutor representava apenas 74,85% do piso nacional, o que sinaliza uma perda de reconhecimento financeiro pelo trabalho realizado.

No ano de 2014, o piso foi de R\$ 1.106,82, com a bolsa ainda em R\$ 765,00, o que correspondia a 69,12% do piso. O valor do salário-mínimo no Brasil foi de R\$ 724,00, conforme estabelecido pelo Decreto n.º 8.166, de 23 de dezembro de 2013. Dessa forma, podemos verificar que os tutores recebiam remuneração apenas ligeiramente superior ao salário-mínimo. Essa disparidade é ainda mais preocupante quando se considera que o salário-mínimo é projetado apenas para cobrir as necessidades básicas de subsistência. Em 2014, o Brasil enfrentava inflação acumulada de aproximadamente 6,41% (IPCA), conforme o site Agência IBGE Notícias. Os preços dos alimentos, transporte, energia elétrica e habitação aumentaram consideravelmente. Os preços de itens essenciais como arroz, feijão, carne e leite registraram aumentos expressivos, tornando difícil para muitas famílias manterem uma alimentação equilibrada dentro do orçamento. O custo de transporte,

especialmente combustíveis e tarifas de ônibus, aumentou. A gasolina teve alta significativa, impactando o orçamento das famílias que dependiam de veículos. Houve um aumento considerável na conta de luz, especialmente com o início da crise hídrica em algumas regiões, que pressionou os custos de energia. Esses aumentos no custo de vida contrastam com a estagnação da bolsa de tutor, que, ao não acompanhar a inflação e o aumento do custo de vida, fez com que os tutores da UAB vissem seu poder de compra diminuído.

O fosso entre o salário do magistério da educação básica e da bolsa de tutor só aumentou. De 2015 a 2019, o valor percentual acumulado da diferença entre a bolsa do tutor e o piso do magistério da educação básica no período de 2015 a 2019 foi de aproximadamente 47,44%. Esses dados, deixam claro que as perdas salariais dos tutores foram só crescendo, assim como a precarização do trabalho destes profissionais (Santos Neto, 2019). Outro fator que demonstra essa crescente precarização e uberização do trabalho dos professores/tutores, é em relação à carga de trabalho, que não era equivalente. Apesar de a bolsa ter permanecido a mesma, as responsabilidades dos tutores não diminuíram, e em muitos casos, as demandas associadas ao ensino a distância aumentaram. O tutor continuou a desempenhar funções essenciais, como o acompanhamento dos alunos, a facilitação do processo de ensino-aprendizagem, a avaliação de atividades, além de atuar como mediador pedagógico. No entanto, o valor da bolsa não refletia adequadamente a complexidade e a importância dessas tarefas, o que levou à precarização do trabalho (Mill, 2018).

A desvalorização profissional também foi outro fator evidente a partir de 2013. Nota-se que ao receber uma remuneração abaixo do piso nacional, os tutores passaram a ser vistos como uma categoria de trabalho inferior dentro do sistema educacional. A profissão de tutor, que exige uma formação sólida e competências específicas, foi sendo desvalorizada. A estagnação da bolsa reforçou a visão de que o trabalho do tutor não era digno de uma remuneração justa e proporcional às exigências da função. Nesta direção, houve aumento da exploração, visto que com os valores das bolsas estagnadas e o custo de vida aumentando, muitos tutores provavelmente tiveram que complementar sua renda, assumindo outras atividades profissionais ou buscando mais horas de trabalho. Isso resultou em uma sobrecarga de trabalho e, em muitos casos, na precarização de suas condições de vida e de trabalho. O tutor, ao receber menos que o piso, passou a ser mais explorado, sem as garantias e proteções trabalhistas adequadas (Santos Neto, 2019).

Santos Neto explicita que

a UAB é apoiada em extenso aparato jurídico, mas que [...] os esforços para a implementação de aparato legal não dando condições para cumprir as próprias leis, responsabilizando as IES e os colaboradores pela execução do programa UAB com repasse mínimo de recursos (Santos Neto, 2019, p. 73).

não só prejudicou todo o ciclo de políticas públicas para a EaD, como colaborou para a insegurança, fragilização e pela falta de garantias legais e proteção trabalhista aos professores/tutores. Ao contrário dos professores do magistério da Educação Básica, que têm todos os direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e/ou outras legislações específicas, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), 13º salário, férias remuneradas e licença médica, dentre outros. Portanto, os tutores não tiveram esses direitos reconhecidos e protegidos.

Para realizarmos um comparativo com a pesquisa de Santos Neto, que analisou os dados e comparou os salários, no período de 10 anos (2009 a 2019), em sua tese de Doutorado, pesquisamos no sistema SIsUAB e também no site do Ministério da Educação, como foi o período de 2020 a 2024, relacionando os valores das bolsas recebidas com o piso nacional do magistério da educação básica, traçando um paralelo, conforme quadro abaixo:

Quadro 03 - Relação do valor de bolsas de tutores e piso nacional do magistério da educação básica – valores em reais.

Ano	Piso Nacional			Bolsa Tutor UAB	
	40 horas	20 horas	20 horas + de obrigações sociais básicas*	Bolsa Tutor	Valor percentual
2020	2.886,24	1.443,12	1.882,43	765,00	59,36%
2021	2.886,24	1.443,12	1.882,43	765,00	59,36%
2022	3.845,63	1.922,82	2.508,12	765,00	69,50%
2023	4.420,55	2.210,28	2.883,08	765,00	73,47%
2024	4.580,57	2.290,29	2.987,45	1.100,00	63,18%

Fonte: www.mec.gov.br. Elaborado pelos autores (2024).

*Como obrigações sociais básicas adicionamos 30,44% ao piso nacional de 20 horas (11% de previdência social patronal + 1/12 de décimo terceiro + 1/12 de férias + 1/3 de férias proporcionais). Não adicionamos Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS de 8%, pois boa parte dos docentes são estatutários e os entes federativos não recolhem essa obrigação, contudo há a estabilidade (Santos Neto, 2019).

Analisando os dados, verificamos que o valor da bolsa de tutor manteve-se muito inferior ao salário de um professor de 20 horas semanais com obrigações sociais. Em 2020 e 2021, a bolsa representava apenas 59,36% do salário de um professor da Educação Básica. No ano de 2021, o salário dos profissionais da educação básica permaneceu congelado, devido à crise da Pandemia da Covid 19. A análise dos dados revela um cenário de precarização, desvalorização e uberização dos tutores envolvidos nos cursos de Educação a Distância (EaD) na UAB. A profundidade dessa análise se apoia em três eixos principais: econômico, social e estrutural, destacando as implicações da disparidade crescente entre essas categorias profissionais. No cenário econômico, a tabela demonstra uma crescente discrepância entre os salários dos profissionais acima citados. O valor percentual de distância aumentou significativamente de 59,36% em 2020 para 73,47% em 2023, e embora haja uma leve redução em 2024, com o aumento da bolsa para R\$ 1.100,00, a distância ainda é de 63,18% (Antunes, 2018).

Isso implica que, enquanto o salário dos professores da Educação Básica foi ajustado regularmente, para acompanhar a inflação, as bolsas dos tutores permaneceram estagnadas entre 2020 e 2023 (R\$ 765,00), o que não reflete a importância dos tutores na EaD, nas instituições de ensino público. A correção em 2024 foi tardia e insuficiente, já que a defasagem histórica acumulada continua a promover um desequilíbrio estrutural entre essas categorias. Enquanto os professores de 20 horas recebem salários que incluem férias, décimo terceiro e benefícios sociais, os tutores recebem uma bolsa que, além de ser significativamente menor, não contempla direitos trabalhistas típicos, como estabilidade, FGTS e seguridade social.

A partir de 2020, a pandemia acelerou a transição para o ensino remoto, e a EaD passou a desempenhar um papel ainda mais central no sistema educacional brasileiro. Isso, paradoxalmente, não foi acompanhado por uma valorização proporcional dos tutores, que se tornaram fundamentais para garantir a continuidade das atividades educacionais a distância. Essa ausência de reconhecimento financeiro revela um descaso institucional com a função que os tutores desempenham,

contribuindo para a sua marginalização. Os tutores da UAB, assim como trabalhadores de plataformas digitais, tais como *Uber*, *iFood*, não têm estabilidade no emprego. Suas remunerações não acompanharam a inflação, nem o aumento da carga de trabalho e responsabilidades que enfrentaram com o crescimento da EaD (Antunes, 2018).

Esse processo reforça a ideia de que os tutores são tratados como trabalhadores autônomos em um sistema educacional, que depende cada vez mais de sua atuação para sustentar a expansão da EaD. A desvalorização financeira, combinada com a informalidade da relação trabalhista, gera uma precarização da carreira e impede que os tutores vejam seu papel como uma profissão sólida e estável. A desvalorização e precarização dos tutores têm consequências diretas na qualidade da educação oferecida pelos cursos de EaD. A falta de incentivos financeiros e garantias trabalhistas pode reduzir a motivação dos tutores, aumentar a rotatividade e comprometer o acompanhamento próximo dos alunos, essencial para o sucesso da educação a distância. Além disso, a instabilidade na remuneração desestimula o desenvolvimento profissional e a qualificação contínua dos tutores, o que poderia impactar negativamente o suporte pedagógico oferecido aos estudantes (Veloso, Mill, 2018).

Nesta perspectiva, essa pesquisa revela uma necessidade urgente de reforma das políticas públicas para EaD, sobretudo em relação à remuneração, contratação e vínculo dos tutores da UAB, para que eles sejam adequadamente valorizados como agentes educacionais na EaD. A crescente disparidade salarial entre tutores e professores da educação básica evidencia a desigualdade estrutural que permeia o sistema educacional brasileiro, e sem intervenções eficazes, a precarização continuará a ser a realidade desses profissionais. Para evitar que a educação a distância se torne um ambiente de exploração e desvalorização profissional, é necessário reajustar as bolsas de tutores regularmente, com base no piso salarial nacional e na inflação; oferecer direitos trabalhistas e estabilidade para tutores, reconhecendo seu papel central na EaD. Além de promover a formação continuada dos tutores com incentivos financeiros que reflitam a importância da qualificação constante no ambiente educacional. O reconhecimento financeiro e institucional dos tutores não é apenas uma questão de justiça, mas também de garantir a qualidade da educação a distância no Brasil (Santos Neto, 2019).

Portanto, a hipótese dessa pesquisa foi confirmada, uma vez que a precarização do trabalho dos tutores da EaD se iniciou em 2011, e se intensificou nos

anos seguintes, não apenas pela estagnação da bolsa, mas também pela falta de garantias legais e de proteção trabalhista. Sem vínculo empregatício, os tutores não tinham acesso a direitos básicos, como FGTS, 13º salário, licença remunerada e férias. Esse cenário acima explicitado, o reforço das condições de exploração por meio das políticas neoliberais, com o aumento da exigência de acompanhar muitos alunos ao mesmo tempo, corrigir atividades, dar *feedbacks* e mediar o processo de ensino aprendizagem, criou um cenário de desvalorização e exploração, evidenciando a precariedade das condições de trabalho na profissão de tutor na EaD.

Salienta-se que, dada a sua importância no processo educacional de cursos superiores a distância, “o tutor deve ser compreendido como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica” (BRASIL, 2007, p. 21). Nesta perspectiva, além das exigências de capacitação adequada, formação ao nível superior, Pós-Graduação *Stricto Sensu* ao nível de Mestrado e Doutorado, além da experiência profissional como tutor, deveriam ser oferecidas garantias mínimas para o tutor exercer o seu trabalho, tais como, algum nível de vínculo empregatício, plano de saúde, direito a licenças saúde, gestacional, além de férias, décimo terceiro salário, plano de carreira, etc., garantias mínimas para que o professor/tutor possa se dedicar aos estudantes e aos cursos a distância com profissionalismo, oferecendo aos alunos mediação adequada, respostas rápidas, soluções inteligentes, acompanhamento e direcionamento satisfatório.

Toda essa problemática reflete a falta de prioridade dada à educação a distância nas políticas públicas. Além disso, o orçamento limitado destinado a CAPES e outros programas educacionais evidenciam que as políticas públicas não avançaram no sentido de valorização da profissão do tutor. A falta de investimento e de uma estratégia clara para a valorização desses profissionais pode ser vista como reflexo de uma visão limitada sobre o papel estratégico da EaD no desenvolvimento educacional do país. Além disso, questões orçamentárias e políticas também limitam os avanços nessa área. Essas questões indicam uma necessidade urgente de reformulação das políticas educacionais, com um foco maior na valorização dos tutores, que são profissionais importantes para o sucesso do ensino a distância. Para melhorar a situação, seria necessário um esforço conjunto entre governo, instituições educacionais e sociedade civil para garantir condições de trabalho dignas e remuneração justa para esses profissionais e evitar a uberização ou precarização do trabalho dos tutores (Pereira, 2020). Esses impactos refletem a necessidade de uma

revisão e melhoria nas políticas de valorização dos tutores, garantindo que eles possam desempenhar suas funções com segurança, reconhecimento e condições adequadas (Assis, Abreu, Andrade, 2021).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modalidade de educação a distância no Brasil, foi uma tentativa na busca por democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil, essa expansão não foi acompanhada pela devida valorização dos profissionais envolvidos, particularmente dos tutores, que são profissionais cujo trabalho contribui para o acompanhamento, avaliação e melhoria das práticas pedagógicas e do cumprimento do projeto pedagógico dos cursos. A pesquisa sobre a uberização da profissão dos professores/tutores da EaD, nas IES públicas revela um cenário de precarização do trabalho dos tutores. Embora, os Referenciais de Qualidade para a EaD (2007), assegurem que os tutores desempenhem um papel importante no processo de ensino aprendizagem, garantindo a mediação pedagógica e o suporte aos alunos, eles são frequentemente desvalorizados e submetidos a condições de trabalho inadequadas, sem garantias legais e sobrecarga de trabalho, que pode gerar enormes prejuízos à saúde física e mental destes profissionais.

A introdução de novas tecnologias e o crescimento da EaD trouxe oportunidades, mas também desafios significativos para prática docente, sobretudo dos tutores. A falta de regulamentação adequada, a remuneração insuficiente e a ausência de políticas públicas efetivas que valorizem esses profissionais, resultaram na uberização da atividade docente, em que tutores se veem obrigados a trabalhar em condições precárias e sem a devida proteção social (Mill, 2006). Dessa forma, a pesquisa revelou um cenário de precarização estrutural e de desvalorização profunda da profissão dos tutores, exacerbado por um modelo econômico neoliberal que molda as políticas educacionais.

Os tutores, muitas vezes com alta qualificação, são tratados como trabalhadores de segunda classe, recebendo bolsas substancialmente inferiores aos salários de professores de educação básica, como demonstrado pelos dados de 2020 a 2024. Além disso, a falta de garantias trabalhistas, como 13º salário, férias remuneradas e FGTS, evidenciam a precarização das condições de trabalho. A uberização definida como uma relação de trabalho caracterizada pela informalidade,

flexibilidade excessiva e ausência de direitos trabalhistas, se aplica de forma contundente ao cenário dos tutores da UAB. Esses profissionais enfrentam uma sobrecarga de responsabilidades, como a mediação pedagógica e o acompanhamento dos estudantes, sem receber uma remuneração proporcional à complexidade de suas funções. A sobreposição de funções e a falta de vínculos empregatícios resultam na intensificação do trabalho, sem a compensação adequada, como exposto nas políticas educacionais moldadas pelas premissas neoliberais.

O quadro salarial evidenciado pela pesquisa mostra que, enquanto o piso salarial dos professores da educação básica foi ajustado ao longo dos anos para acompanhar a inflação e as necessidades do mercado, as bolsas dos tutores da EaD permaneceram estagnadas. Essa diferença crescente entre as duas categorias reforça a desvalorização dos tutores e a distorção estrutural do sistema educacional brasileiro. Mesmo com o aumento tardio das bolsas para R\$ 1.100,00 em 2024, a disparidade de cerca de 63% em relação ao piso dos professores de 20 horas demonstra a persistente desigualdade e a manutenção da precarização desses profissionais.

Ricardo Antunes (2009, 2013, 2018) denuncia a flexibilização e a falta de regulamentação do trabalho, características centrais da uberização, que resultam em condições laborais degradantes, onde os trabalhadores são constantemente pressionados a aumentar sua produtividade sem as devidas compensações. No caso dos tutores de EaD, essa situação é evidente na sobrecarga de trabalho e na necessidade de estar constantemente disponível nas plataformas virtuais, comprometendo não apenas a qualidade de vida desses profissionais, mas também a eficácia do processo educativo. O processo de precarização e uberização dos tutores não é apenas uma questão salarial, mas também de reconhecimento e valorização institucional.

A falta de políticas públicas eficazes para regularizar as condições de trabalho e garantir direitos trabalhistas reforça um ciclo de exploração que compromete tanto a qualidade do ensino quanto o bem-estar dos tutores. Para superar essa realidade, é urgente a implementação de reformas das políticas públicas que valorizem esses profissionais, reconhecendo sua importância no contexto da EaD e proporcionando condições dignas de trabalho e remuneração. As iniciativas governamentais não acompanharam o crescimento do EaD, resultando em uma falta de estratégia clara para a valorização desses profissionais. Como consequência, os tutores continuam a

ser vistos como uma categoria inferior dentro da docência, apesar de seu papel fundamental na garantia da qualidade do ensino a distância (MIL, 2006). Dessa forma, o estudo concluiu que a uberização do trabalho dos tutores na EaD reflete um problema mais amplo de desvalorização dos profissionais da educação no Brasil. Essa pesquisa exploratória, longe de almejar apresentar soluções prontas e definitivas para o problema complexo elencado, jogou luz na situação e pode servir de caminhos para outras pesquisas. No entanto, podemos indicar rotas que poderão levar a uma solução a longo prazo, para reverter o quadro de precarização do trabalho dos tutores.

Uma sugestão de melhoria das condições de trabalho dos tutores seria a criação de grupos de trabalho (GTs) no Ministério da Educação (MEC). Esses GTs seriam criados com o intuito de debater ações e políticas públicas que avancem no sentido de reconhecer e valorizar o trabalho dos tutores, buscando garantir condições dignas de trabalho, remuneração justa e direitos trabalhistas adequados. Além de pensar estratégias para aumentar o orçamento limitado destinado a CAPES, com vistas a garantir uma fonte de financiamento das ações que visem melhorar o quadro apresentado por essa pesquisa. Após a criação dos GTs, o próximo passo seria a confecção em conjunto de um documento ou relatório com as diretrizes para melhorar o cenário ora evidenciado por essa pesquisa.

Logo após essa etapa, seria a hora de apresentar este documento às plenárias de discussão em âmbito estadual e municipal, para que diferentes atores possam contribuir com a discussão e a construção do documento. Uma terceira etapa, seria apresentar este documento aos tutores e ouvi-los. Nesta abertura de diálogo, procurar compreender o problema a partir do olhar daqueles que vivenciam cotidianamente os desafios da prática docente na EaD. Portanto, criar canais *online*, presencial ou em rede, em que os tutores poderão contribuir com o documento, sugerir alternativas, caminhos e soluções para a problemática explicitada por essa pesquisa.

O passo seguinte seria apresentar o documento final com as diretrizes de melhoria do trabalho dos tutores na EaD para o MEC, que de posse deste documento faria a proposição de um projeto de lei ou decreto. Com base no texto “O rito terminativo de apreciação de proposições Legislativas no Senado Federal”, Silva (2021) explica que este projeto de lei ou decreto, por sua vez, deverá ser levado às Comissões do Senado ou da Câmara para apreciação, tramitação e votação. Esses passos aqui apresentados são lentos, complexos, cheios de reviravoltas, idas e vindas. Por isso, é uma sugestão a longo prazo. Somente assim, será possível

assegurar a qualidade do ensino a distância e promover a melhoria das condições de vida e trabalho dos tutores, profissionais importantes para o desenvolvimento da EaD e aprendizado dos alunos, evitando a perpetuação da precarização e da exploração destes profissionais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. *In: ANTUNES, R. (org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. v. 2. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 13-27.
- ANTUNES, R. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo, v. 28, n. 81, maio/ago. 2014, p. 39-53.
- ANTUNES, R; BRAGA, R. (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BELLONI, M. L. *Educação à distância*. São Paulo: Autores Associados, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância. *Referenciais de qualidade para a educação superior à distância*. Agosto de 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Decreto n.º 5.800, de 8 de junho de 2006*. Dispõe sobre a criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 jun. 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei n.º 11.273, de 6 de fevereiro de 2006*. Dispõe sobre a formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 fev. 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n.º 318, de 2 de abril de 2009*. Dispõe sobre a operacionalização do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 abr. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Instrução Normativa n.º 2, de 19 de abril de 2017*. Estabelece critérios para concessão de bolsas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 abr. 2017.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria n.º 183, de 21 de outubro de 2016*. Estabelece normas e diretrizes para a concessão de bolsas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 out. 2016.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria n.º 33*, de 16 de fevereiro de 2023. Dispõe sobre a regulamentação de bolsas no âmbito da CAPES. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n.º 133*, de 11 de julho de 2023. Dispõe sobre a flexibilização do acúmulo de bolsas no âmbito da CAPES. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 12 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria n.º 1.243, de 30 de dezembro de 2009*. Reajusta os valores previstos no art. 2º da Lei 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, referentes ao pagamento de bolsas a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 31 dez. 2009. Seção 1, p. 21.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº 44, de 29 de dezembro de 2006*. Estabelece orientações e diretrizes para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos cursos e programas de formação superior, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jan. 2007. Seção 1, p. 7-8.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009*. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 jun. 2009. Seção 1, p. 7-8.

BRASIL. *Universidade aberta do Brasil*. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acesso em: 24 jul. 2024.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Portal da Transparência. *Dados do pagamento de bolsas por nível referente ao ano de 2023*. Disponível em: <https://transparencia.capes.gov.br/transparencia/xhtml/PesquisaPrograma.faces>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CASTELLS, M. *A galáxia da Internet*: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FERREIRA, A. de A, *et al.* Tutoria na educação à distância – contextos de atuação nas redes públicas e privadas. *Trabalho & Educação*, v. 30, n. 1, p. 145-160, jan./abr. 2021.

IBGE *Notícias*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15585-ipca-de-dezembro-fica-em-0-78-e-fecha-2014-em-6-41#:~:text=O%20ano%20de%202014%20fechou,ficado%20em%200%2C92%25>. Acesso em: 10 set. 2024.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MILL, D. *Educação a distância e trabalho docente virtual: sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia*. 2006.

Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

MILL, D. Educação à distância: cenários, dilemas e perspectivas. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 25, n. 59/2, p. 432-454, maio/ago. 2016.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

OLIVEIRA, L. H. da S. *O rito terminativo de apreciação de proposições legislativas no Senado Federal*. Texto para Discussão n. 292. Brasília: Senado Federal, 2021. p. 1-5.

PEREIRA, E. A. *De tutor a professor mediador a distância: as implicações na atuação dos profissionais da EaD*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação e Docência - PROMESTRE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PETERS, O. *A educação a distância em transição: tendências e desafios*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2012.

SANTOS NETO, V. B. dos. *A formação inicial de professores a distância no Brasil: os contornos e trajetórias do Sistema Universidade Aberta do Brasil na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período de 2013 a 2018*. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2014.

SCOTTINI, D. T. Aspectos trabalhistas na educação a distância. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 100, maio 2012.

VASAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VASAPOLLO, L. A precariedade como elemento estratégico determinante do capital. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 368-386, 2005.

VELOSO, B.; MILL, D. Divisão e fragmentação do trabalho docente na educação à distância: uma análise crítica à luz da polidocência. *Revista EducaOnline*, v. 12, n. 2, p. 107-123, maio/ago. 2018.

DADOS DOS AUTORES

Flávia Junia Justino Pacheco

Graduada em Tecnologia em Desenvolvimento Social pelo Instituto Federal de Educação Tecnológica; em Letras Português/Inglês pelas Faculdades Associadas de Uberaba e em Pedagogia pela Universidade de Uberaba. Pós-Graduação em Supervisão e Inspeção pela UNIASSELVI e Pós-Graduação em Mídias na Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente está cursando o Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFTM. Trabalhou como Assistente Técnico Educacional na Superintendência Regional de Uberaba. Atualmente é Assistente Administrativo no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6929-2505>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7143125052067245>

E-mail: flaviajunia@iftm.edu.br

Welisson Marques

Pós-doutor em Educação / Análise do Discurso pela Universidade de São Paulo (USP); Doutor em Estudos Linguísticos e Mestre em Linguística - fomentado pela CAPES - pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL/UFU); Especialista em Metodologia do Ensino Aprendizagem em Língua Estrangeira - Língua Inglesa. Licenciatura Plena em Letras Português/Inglês e suas respectivas literaturas pela Universidade de Uberaba. Bacharel em Direito e Bacharel em Teologia, e advogado inscrito na OAB-MG. Professor e Pesquisador em regime de dedicação exclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Atua como docente permanente e coordenador no Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Profissional em Educação Tecnológica (PPGET/MPET/IFTM); no Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica da Rede Federal (ProfEPT); e, também, na Graduação em Letras / Licenciatura Plena em Língua Portuguesa (IFTM/UAB-MEC).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6766-4651>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8051036538686218>

E-mail: welissonmarques@iftm.edu.br

Vicente Batista dos Santos Neto

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia. Graduado em Administração pela Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro. Foi professor da rede municipal de ensino de Uberaba, da Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro, do Centro Universitário do Planalto de Araxá. Atuou como professor na Universidade Federal do Triângulo Mineiro Campus Iturama. É professor de ensino básico, técnico e tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Foi Coordenador da Universidade Aberta do Brasil – UFTM.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5207-7275>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8051036538686218>

E-mail: vicente@iftm.edu.br